



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

Nº 08/2014

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 28 de fevereiro de 2014

MOÇÃO

ARCO RIBEIRINHO SUL

Num país que está com a economia a definhar, fruto de vários anos de opções políticas erradas, que se agravou com a ocupação do espaço da actividade económica por partes dos interesses estrangeiros designados agora por mercados, é necessário criar e desenvolver uma estratégia séria e consequente de relançamento da economia, nomeadamente com políticas que sejam **criadoras de emprego e que atraíam investimento ao território**.

O projecto do Arco Ribeirinho Sul tem um potencial enorme no cumprimento destes dois desígnios, que não são apenas concelhios ou regionais, mas sim de grande importância nacional.

A criação da cidade das duas margens, com novas centralidades é um projecto prioritário para a valorização e competitividade da AML.

Destaca-se a requalificação ambiental, a promoção da produção nacional e a criação de emprego e riqueza indispensável para a região e para o país.

Apesar do exposto, o Governo PSD-CDS decidiu extinguir a Sociedade Arco Ribeirinho Sul. Com a extinção desta Sociedade, a ministra Assunção Cristas afirmou:

“A extinção do Arco Ribeirinho Sul não visa abandonar um projecto, é uma ambição de requalificação da região, existe e está pronto para ser aplicado” in Jornal de Negócios – 12 de Janeiro de 2012

Também no mesmo dia o conselho de ministros, em comunicado, indica que o *“projecto é de grande relevância”*.

Posteriormente a estas afirmações, a Ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque em resposta ao grupo parlamentar do PCP, afirmou que o projecto original não é para ser mantido, considerando-o desproporcionado e megalómano e que no actual momento não faz sentido. Referiu ainda que a requalificação da área ribeirinha tem de ser adequada às disponibilidades do Estado e à capacidade de captação de investimento. Parece que a verdadeira intenção do Governo vai ficando mais evidente. O Governo assumiu a continuação do projecto, mas esta posição nunca foi devidamente acompanhada das medidas para a sua promoção. E agora o Governo prepara-se para desvirtuar o projecto Arco Ribeirinho Sul.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Perante o exposto a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida a 28 de Fevereiro de 2014, decide reafirmar que irá empregar todos os meios que estiverem ao seu alcance da defesa do Projecto Arco Ribeirinho Sul, sem o amputar.

Decide também a Assembleia Municipal questionar o Governo, na pessoa do Senhor **Ministro do Ambiente**, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva do seguinte:

1. Qual o investimento já realizado pelo Governo na descontaminação dos solos dos territórios que integram o projecto Arco Ribeirinho Sul? O que já foi executado? O que falta executar e qual o respectivo investimento?
2. Qual o investimento previsto no Orçamento de Estado para 2014 para o desenvolvimento deste projecto?
3. A Ministra das Finanças referiu que poderão ser alocados fundos comunitários para a descontaminação dos solos. Já foi apresentada candidatura? Se sim, a que programa e qual a verba expectável que venha a ser atribuída? Caso ainda não tenha feito candidatura, quando pretende fazer e para quando prevê o conhecimento da decisão?
4. Referiu que este projecto não é para manter e que é desproporcionado e megalómano. Assumiu portanto a amputação do projecto. Em que sentido? Será pena capital? O que considera que é desadequado e desproporcionado?
5. Se, de facto, o Projecto Arco Ribeirinho Sul é um projecto tão importante e estruturante para o país e para a região, numa estratégia de crescimento económico, qual a verba destinada para o mesmo no âmbito do futuro Programa Operacional de Lisboa?
6. A 25 de Fevereiro de 2013 esta Assembleia solicitou ao Governo que estudasse a viabilidade técnica de rentabilização dos terrenos da Baía do Tejo para receberem terminais de contentores e consequentemente empresas ligadas a este sector. Pergunta esta Assembleia ao Governo: um ano depois o que foi feito?

Aprovado por maioria, com 28 votos a favor da CDU, do PS, do BE, do MRPP e do MCI e 1 voto contra do PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico Pereira